

Editorial

Várias instituições de pesquisa e ensino superior vivem um período de mudança. Públicas ou privadas, essas instituições enfrentam desafios de se reestruturar a partir do ingresso de novos professores, oriundos do grande número de concursos públicos abertos recentemente, ou de novas contratações, em muitos casos, para se adaptarem às pressões dos organismos externos de avaliação como a Capes e o CNPq, bem como para ajustes internos na busca de maior eficiência. Assim, novas lideranças surgem, novos arranjos organizacionais se formam. Esta constatação me faz retomar um tema sobre o qual já me debrucei em outras oportunidades, qual seja, o da mudança em organizações acadêmico-científicas. Vive-se um tempo de mudança e nele há sensibilidade para mudar. Contudo, parece lógico admitir que não é com uma idéia de reforma tramada à ribalta acadêmica, imposta no sentido equivocado e em condições isonômicas a realidades diferentes, que se produzirá o processo transformador do tipo de organização ao qual me refiro. A mudança a que me refiro representa reestruturação, inovação e mudança de comportamento. E essa é uma condição que jamais poderá ser imposta e sim conscientizada na comunidade acadêmica, legítima por sua representatividade em termos de geração de conhecimento, que se expressa para fora das fronteiras das organizações na forma de produção científica. O sucesso de uma experiência de reestruturação dependerá da mudança de comportamento dos atores internos, professores, funcionários e alunos. Fora dessa cumplicidade a idéia de reestruturação atenderá apenas a interesses de momento.

Assim, nesse momento, parece-me adequada uma visão mais macro do que micro, excessivamente pontual. A idéia de mudança é sempre uma idéia contraditória; todos concordam, mas poucos estão dispostos a implementá-la. Talvez um pouco do conformismo lógico de Durkheim no sentido de concordância fatal das inteligências, aquém de um pensamento não-situado, mas referencial e até finalista, distante da contemporaneidade, e que defronta a visão de tempo modernizador.

Nas organizações acadêmico científicas um colegiado legítimo é o lugar para solucionar os conflitos oriundos de diferentes demandas. O “poder da interpretação”, o “poder do critério” e o “poder da individualização final do saber” é de ordem pessoal, diz respeito à competência de cada um, a construção de cada individualidade. Contudo, tal competência e tal individualidade, dependendo de situações estruturais podem, efetivamente, ser compartilhadas sem que se caracterize conduta soberba e corporativa. Novamente é decisiva a questão da legitimidade do colegiado.

A mudança é um ato de convencimento. Não deve caracterizar uma intervenção de fora para dentro. O convencimento será sempre a conscientização individual e coletiva da necessidade de mudar, a percepção da realidade que se transforma, evolui e está além da crise. O convencimento, esse sim, pode ser induzido de fora, como forma de mostrar a nova realidade, o tempo da mudança e a oportunidade da reestruturação. O mais difícil, sem dúvida, é a mudança nos valores e crenças que orientam os comportamentos, muitas vezes deslocados do tempo das atualidades.

Este número dos Cadernos EBAPE traz uma variedade de temas. Entretanto, significativa parte deles diz respeito à área da produção e difusão do conhecimento acadêmico e de seus respectivos espaços de ação e comportamento. Assim, é com prazer que passo a apresentar os artigos que compõem o primeiro número de 2009.

O artigo de Luiz Alberto Mariz analisa a formação de um campo organizacional de software com foco nas mudanças institucionais ocorridas. O autor salienta como principal mudança o rompimento dos professores universitários participantes do campo com a norma da “dedicação exclusiva”. O contexto periférico pareceu proporcionar certa flexibilidade na intermediação entre a universidade e as empresas. Há uma crítica teórica importante no artigo de Mariz no que diz respeito ao conceito de campo. Segundo ele, a definição da interação a priori entre os atores tende a obstruir o aprofundamento da análise de um campo com díspares ambientes institucionais. O segundo artigo é de autoria de Luiz Guilherme de Oliveira. Ele analisa o caso da gestão integrada aplicada ao programa Embraer 170 e afirma que a dinâmica inovadora da empresa integradora está relacionada à capacidade de gestão de P&D compartilhada. No terceiro artigo Luiz Antônio Mafra analisa as relações entre gestores públicos, sociedade civil e iniciativa privada na elaboração de políticas de segurança alimentar e nutricional no município de Belo Horizonte. O quarto artigo é de autoria de César Tureta e Rafael Alcadipani. Os autores analisam os objetos e elementos não-humanos como agentes constituintes do processo organizativo utilizando a teoria do ator-rede. Eles concluem que a inclusão de não humanos amplia a possibilidade de compreensão do processo de organização, mas salientam a necessidade do desenvolvimento de metodologias capazes de facilitar observação desse fenômeno. Alexandre Faria assina o quinto artigo. O autor faz uma interessante análise sobre a orientação para o mercado no Brasil, salientando a inadequação da estrutura teórica existente e sugerindo novos quadros de análise. O sexto artigo é de autoria de Sidinei Oliveira e Valmíria Piccinini. Os

autores discutem dois elementos importantes na análise do rigor de uma pesquisa qualitativa: validade e reflexividade. No sétimo artigo Mirian Amaral e Lina Nunes também abordam o tema da pesquisa acadêmica. Para desenvolver sua análise as autoras partem do pressuposto de que as práticas utilizadas nas instituições de ensino superior geralmente não atendem às demandas da educação e da pós-modernidade. No oitavo artigo Virgílio Oliveira, Luis Carlos Oliveira Euler Siqueira e Mozar Brito discutem a combinação de esforços públicos e privados, da perspectiva municipal, a partir da investigação de dois projetos associados ao plano estratégico do município de Juiz de Fora, MG. Elcemir Paço-Cunha, Flávia Gomes e Renata Bicalho assinam o nono artigo. Os autores investigam os mecanismos de controle, e as táticas desenvolvidas em face desses mecanismos, em um laboratório de alimentos e águas em Minas Gerais. Ao final, eles propõem um debate sobre a idéia de servidão voluntária de La Boétie. No décimo artigo Maria Tereza Flores-Pereira e Neusa Cavedon descrevem os caminhos de um método etnográfico, visando a geração do conhecimento em Administração. As autoras discutem o caso da investigação da cultura organizacional em uma livraria de shopping center. O artigo que encerra este número é de autoria de João Felipe Sauerbronn, Eduardo Ayrosa e Denise Franca Barros. Os autores discutem as bases sociais das emoções do consumidor, sugerindo que uma abordagem fundamentada na sociologia das emoções pode complementar os conhecimentos na área de marketing sobre o assunto.

Desejo a todos boa leitura!

Marcelo M. F. Vieira

Editor